

Artigos Originais

**O PAPEL SOCIAL DA EDUCAÇÃO:
UMA PERSPECTIVA CRÍTICA DO ATO DE EDUCAR**

Original Articles

**THE SOCIAL ROLE OF EDUCATION:
A CRITIC PERSPECTIVE OF THE ACT OF TEACHING**

Ana Caroline Santos Falanque*
krol_falanque@hotmail.com
http://lattes.cnpq.br/5709898458546312

Thiago Fidelis**
fidelisrp@gmail.com
http://lattes.cnpq.br/8837582381518616



CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ., Franca, SP, Brasil - Eissn 2175-4217

– está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

**RESUMO**

Este artigo apresenta uma reflexão do papel social da educação em nossa sociedade, através de resgates históricos educacionais, voltando seu olhar para a construção de práticas conscientes que equilibrem as diferentes tendências pedagógicas, levando os alunos a emancipação histórica. O artigo está pautado em pesquisa bibliográfica, sobretudo dos autores Paulo Freire, na obra *Pedagogia da Autonomia* (1996) e Demerval Saviani, em *Escola e Democracia* (1999). Por meio de um retrospecto histórico da estruturação educacional, foi possível levantar questionamentos sobre o papel desempenhado pelo educador, refletindo pontos específicos de cada obra citada. A discussão deste tema é de grande importância, pois além de nos levar a conhecer nossa própria história, ajuda-nos a nortear nossas ações cotidianas, contribuindo para a transformação social.

Palavras-chave: história crítica. transformação social. Paulo Freire. Dermeval Saviani.

ABSTRACT

This paper presents a reflection of the social role of education in our society, through educational historical rescues, turning its look to building of conscious practices which balance different pedagogical tendencies guiding students to

*Graduada em Pedagogia pela União das Faculdades dos Grandes Lagos.

** Graduado em História e Mestre em História e Cultura Política pela Universidade Estadual Paulista - Campus Franca, Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista - Câmpus Araraquara e pela Universidade de Coimbra (Portugal).

historical emancipation. The paper is based in a bibliographical research, mainly on Freire's *Pedagogia da Autonomia* (1996) and Saviani's *Escola e Democracia* (1999). Through a historical retrospect of the educational structuration it was possible to make questionings about the role of the teacher, reflecting on specific points of each cited work. The discussion of such theme is great once it leads us to know our own history helping us to guide our daily actions, contributing to a social transformation.

Keywords: critic history. social transformation. Paulo Freire. Dermeval Saviani.

INTRODUÇÃO

O artigo tem como objetivo propor uma reflexão acerca do papel social que a educação desempenha, voltando seu olhar para a prática educativa ao longo da história.

Baseando-se, sobretudo, nas obras *Pedagogia da Autonomia* (FREIRE, P., 1996) e *Escola e Democracia* (SAVIANI, 1999), refletimos sobre a prática de uma educação crítica e humanizadora, que contemple as diferentes tendências pedagógicas, equilibrando saberes científico e práticas lúdicas, levando o aluno à sua emancipação.

O estudo deste tema é de grande importância, pois através do resgate histórico da estruturação e das práticas educacionais, desde o princípio das civilizações até a contemporaneidade, nos leva ao conhecimento das nossas origens educacionais, fazendo-nos compreender nossa história através de fatos que tiveram impacto significativo em nossa sociedade, uma vez que esse conhecimento norteia propósitos, decisões e ações que nos permitem construir uma transformação social.

O trabalho teve início por meio de pesquisa bibliográfica, em que foi brevemente apresentado cada período histórico, permitindo fazer um retrospecto da organização e da prática educacional até os dias atuais. Questionamentos quanto ao papel desempenhado pelos educadores também foram feitos, contextualizando com pontos específicos de cada obra.

O intuito da pesquisa foi colocar em evidência a importância e a responsabilidade do ato de educar, de maneira crítica, através de uma prática

consciente e transformadora.

EDUCAÇÃO E SOCIEDADE EM UMA CONCEPÇÃO HISTÓRICA

Quando o assunto é educação, independente dos aspectos sociais, culturais ou econômicos, todos tem uma teoria ou solução para a atual situação em que se encontra nosso sistema educacional. As pessoas, de maneira geral, conservam estereótipos a serem seguidos, e há sempre uma proposição que pode transformar ou sanar completamente nossos déficits. Entretanto, se faz necessário buscar a gênese do problema: Quando surgiram os primeiros processos educativos? Como começaram a ser estruturadas? Quais os impactos dessas primeiras formas em suas sociedades? Partindo dessas questões, as respostas foram buscadas em informações por um resgate histórico, desde os primórdios da civilização humana.

Na Pré-História, as primeiras formas de aprendizagem foram através da observação, ou seja, os mais jovens acompanhavam os mais velhos em suas atividades, para que pudessem reproduzir suas ações posteriormente. Era um ensino que estava longe de ser estruturado e complexo, baseado apenas em exemplos e na mimesis. Após este período, principalmente com o desenvolvimento da escrita (cerca de 4000 a.C.), diversas civilizações foram surgindo e o modo de vida foi transformando-se gradativamente, com novos meios e métodos, ficando mais organizados e definidos (JAEGGER, 1994, p. 3-5).

Educação na Idade Antiga

As formas mais estruturadas no processo de ensino surgiram na Grécia Antiga, por volta do século V a. C. A ação educativa era baseada na divisão em classes sociais, sendo que, de um lado, havia o grupo dominante, que era privilegiado com o acesso aos ensinamentos de política e retórica (afinal, um bom governante faz-se da arte de falar bem e saber persuadir o povo). De outro temos aqueles que viviam à margem da sociedade, onde seu dever era apenas observar o trabalho alheio, sem política ou retórica, pois os excluídos

deveriam perpetuar-se como tal (CAMBI, 1999, p. 77-82).

Começamos agora a encontrar particularidades que nos são palpáveis até os dias atuais. Todavia, faz-se importante uma observação: é neste período que encontraremos resquícios de uma democratização, uma vez que, mesmo de formas distintas, um acultramento entre dominantes e dominados vinha sendo praticado, principalmente em Atenas no século IV a.C., com a expansão cultural, tendo em vista seus grandes feitos na arte, arquitetura, filosofia e educação, etc. Era preciso englobar toda a população e difundir as práticas e conhecimentos gregos a todos (MANACORDA, 1992, p. 55-72).

Um conceito desenvolvido na Grécia que se tornou indispensável em nossa essência educativa é a Paidéia. Como definição, tal perspectiva tem por finalidade uma educação abrangente, ou seja, a formação integral do ser humano. Não se dá valor apenas aos conhecimentos, mas exerce-se um trabalho sobre a ética e a moral, com intuito de garantir a formação de um cidadão completo:

O princípio espiritual dos Gregos não é o individualismo, mas o “humanismo”, para usar a palavra em seu sentido clássico e originário. Humanismo vem de humanitas. Pelo menos desde o tempo de Varão e de Cícero, esta palavra teve, ao lado da acepção vulgar e primitiva de humanitário, que não nos interessa aqui, um segundo sentido mais nobre e rigoroso. Significou a educação do Homem de acordo com a verdadeira forma humana, com o seu autêntico ser. Talvez é a genuína paidéia grega, considerada modelo por um homem de Estado romano. Não brota do individual, mas da idéia. Acima do Homem como ser gregário ou como suposto eu autônomo, ergue-se o Homem como idéia [...]. (JAEGER, 1994, p. 14-15).

A Paidéia foi estruturada como um modelo pedagógico, aliando a formação de conteúdos à ética e a moral. A educação era exercida em âmbito familiar, pelos chamados pedagogos, responsáveis por acompanhar as crianças e desenvolver a função de ensiná-las. Estes pedagogos, entretanto, não possuíam uma posição de destaque na sociedade. Ao contrário, estes mestres geralmente eram escravos ou estrangeiros, que permaneciam nestas condições por terem cometido delitos ou pela falta do pagamento de dívidas, além dos prisioneiros de guerra (CAMBI, 1999, p. 48-51).

A concepção de ensinamentos, sendo transmitidos pela figura de um pedagogo ganhou força e, assim, surgia ideia de escola, no momento em que se tem um grande número de crianças e poucos pedagogos para ensiná-las (MARROU, 1973, p. 71-73).

A noção de uma educação completa e humanizada, como a Paidéia, perdeu força na Idade Média. Valores que haviam influenciado toda civilização antiga agora já não eram mais relevantes e até mesmo chegaram a ser condenados. A Igreja Católica adentra em um “novo mundo”, marcado pelas tradições e obediência com bases completamente avessas a Grécia Antiga (CAMBI, 1999, p. 121-135).

Enquanto na Grécia havia uma filosofia humanista, que valorizava o corpo físico e o desejo carnal, em contrapartida temos a Igreja Católica que repudiava qualquer manifestação de desejo, valorizando a alma e o espírito, tendo como uma de duas bases a crença na vida após a morte e na ressurreição.

Assim, os ideais gregos são perdidos, destacando a ideologia cristã, que se voltava para uma educação fragmentada, valorizando aspectos religiosos, visando possuir a monopolização do poder (MANACORDA, 1992, p. 111-122).

Educação na Idade Média

A Idade Média ou período medieval, teve início com a queda do Império Romano (476). A partir daí, formaram-se centros rurais, chamados de feudos. Esses eram propriedades no campo organizadas em três ordens sociais: os nobres (grupos que cuidavam da proteção e administração do território, onde seu proprietário era conhecido como o senhor feudal), o clero (representantes da Igreja dentro dos feudos e que cuidavam da educação) e os servos (aqueles que não tinham posses e faziam os serviços pesados).

Uma forte característica do sistema feudal foi a centralização do poder nas mãos do clero. A Igreja servia para justificar a forma como a sociedade era estruturada, pois praticamente não havia mobilidade nem ascensão social:

A cultura, no feudo, desenvolve-se somente no castelo do feudatário ou nas igrejas e, sobretudo, nos mosteiros: ela também se caracteriza por poucos intercâmbios e é toda devotada a fé cristã, aos seus dogmas, aos seus mitos. A sociedade feudal é, portanto, uma sociedade fixa, com escassa mobilidade social e pouca reciprocidade; é uma sociedade de ordens, em que os homens se acham estavelmente colocados e tem um papel social bem determinado. (CAMBI, 1999, p. 155 - 156).

Sendo o pensamento e o modo de vida doutrinado pela religião, o clero também exercia controle educacional e mais uma vez vê-se que a educação variava de acordo com a classe social. Existiam as escolas para aqueles que queriam tornar-se membro da Igreja ou integrante da cavalaria, com ensinamentos de conteúdos intelectuais, e as escolas para as camadas populares, os servos camponeses, “[...] propondo uma formação não literária, mas religiosa.” (CAMBI, 1999, p. 158).

Os nobres usufruíam de ensinamentos privilegiados, não só por sua condição social, mas também por estarem ligados a proteção dos feudos, assim dispendo de uma estrutura diferenciada e mais tempo disponível para dedicar-se aos estudos, enquanto os servos e camponeses eram responsáveis pela agricultura e o trabalho braçal. Deste modo, a educação a eles destinada tinha por finalidade a doutrinação cristã, ou seja, transmitir os princípios religiosos afim da conservação do poder, baseado em uma doutrina de conformismo, pois todas as coisas provinham da vontade divina, não permitindo acesso a um ensino mais crítico e letrado (MANACORDA, 1992, p. 136-140).

A sociedade feudal estruturou-se por vários séculos, e a segregação educacional continuou mesmo com a queda deste sistema. Todavia, a Igreja perdeu força e hegemonia com o advento do movimento cultural e econômico conhecido como Renascimento (CAMBI, 1999, p. 221-224). Com isso uma nova classe social ganha força em contraponto aos senhores feudais, os burgueses.

Educação na Idade Moderna

Os habitantes das vilas medievais, chamadas de burgos, eram pequenos comerciantes que faziam negócios com a aristocracia feudal ou entre si. Com a emergência da burguesia e a intensificação das práticas comerciais, a economia e o modo de vida das pessoas transformam-se drasticamente, dando início ao período conhecido como Idade Moderna (1453):

Com a Modernidade prepara-se o declínio e depois o desaparecimento daquela sociedade de ordens que tinha sido típica justamente da Idade Média e que negava o exercício das liberdades individuais para valorizar, ao contrário, os grandes organismos coletivos (a Igreja ou o Império, mas também a família e a comunidade), favorecendo o bloqueio de qualquer mudança e intercâmbio social. (CAMBI, 1999, p. 196).

As famílias não tinham mais suas terras para plantarem como forma de sustento. Havia agora as mercadorias negociadas pelos comerciantes e, para adquiri-las, era necessário vender a força de trabalho para obter salário, este que valeria como moeda de troca pelo valor dos produtos.

A transição da era feudal para a sociedade capitalista não beneficiou toda a população. Não havia a exploração dos senhores feudais, entretanto, o trabalho nos centros urbanos era exaustivo. E a ascensão social não seria desfrutada por todos, pois se o capitalismo baseava-se no lucro, acúmulo de capital e propriedade privada, no qual eram necessários trabalhadores que vendiam sua força de trabalho em troca de um salário, como seria possível ascender trabalhando para os donos dos meios de produção? (CAMBI, 1999, p. 195-199).

Utilizando discursos igualitários, a burguesia levou trabalhadores a acreditarem que estas transformações proporcionariam a todos igualdade e qualidade de vida. Com o desenvolvimento tecnológico e a necessidade de mão-de-obra qualificada, foram criadas escolas que deveriam atender as exigências da sociedade capitalista. No entanto, os centros de ensino não eram os mesmos para todos: para os mais pobres, a instrução consistia na formação de mão-de-obra, apenas com conteúdos básicos e técnicos que serviriam para

o trabalho manual. Todavia, esta educação não era destinada a camada favorecida da população, que contava com um ensino privilegiado, visando à formação integral, com conteúdos científicos e morais, que garantiam a manutenção do poder burguês (CAMBI, 1999, p. 277-280).

Contudo, a sociedade sofreria mais transformações e os modelos educacionais vigentes seriam questionados por intelectuais que contribuíram para as mudanças que ocorreriam. Dentre os vários nomes que surgiram nesse contexto, podemos destacar três grandes pensadores, que colaboraram com o surgimento da chamada Pedagogia Moderna: Comenius, Rousseau e Pestalozzi (CAMBI, 1999).

Iohannes Amos Comênio (1592-1670) era de origem protestante, formado em Filosofia, na região atual da República Tcheca. Foi bispo, cientista e educador, sendo considerado o fundador da didática moderna. Dentre tantas obras que publicou, a “Didática Magna” foi a que mais ganhou destaque. Para esse autor, o modelo religioso de ensino vigente na época, deveria estar separado do ensino científico e dos conteúdos. Entretanto, os aspectos morais e religiosos deveriam ser valorizados (COMÊNIO apud PIAGET, 2010, p. 11-17).

Acreditava que todos eram iguais, porém cada um manifestava aptidões diferentes em cada fase da vida. Assim, pregava que a educação deveria ser dividida em ciclos e o conhecimento fragmentados em estudos do saber. Um saber que deveria ser memorizado, pois acreditava que a memorização dos conteúdos era a base da educação (PIAGET, 2010, p. 17-28).

Outro nome importante foi o de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Suíço, viveu grande parte de sua vida na França e, em sua principal obra, O Contrato Social (1760), dizia que o homem era puro e tinha um equilíbrio perfeito em sua natureza. Mas, entretanto, as forças do mundo externo a ele o corrompiam e dominavam seus pensamentos, fazendo-o agir de forma contrária a sua natureza (ROUSSEAU, 1983). Também foi considerado um grande romancista, publicando Emílio ou da Educação (também em 1760), sendo uma obra relacionada à educação que promoveria novos questionamentos para o período. Em seu livro, Rousseau propôs o que seria a

educação ideal, onde busca a valorização da essência humana, apresentando um método educacional individualizado e que serviria para ensinar o homem puro a conviver na sociedade corrompida, pois assim desenvolver-se-ia de forma adequada (ROUSSEAU, 1995). Porém, mais tarde quem viria tentar colocar em prática os ideais de Rousseau, seria um outro pensador suíço (CAMBI, 1999).

Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827) foi um pedagogo influenciado pelos ideias naturalistas de Rousseau, tornando-se um revolucionário ativista nas práticas educacionais. Estudou Letras e Filosofia na Universidade de Zurique, dedicando-se a alfabetização. Publicou várias obras, sendo a mais famosa “Como Gertrudes ensinava seus filhos”, onde expressava suas ideias pedagógicas.

No fim do século (1798), com a invasão França a Suíça, Pestalozzi resgatou crianças órfãs e as reuniu em um convento abandonado, passando a dedicar seu tempo educando estas crianças. Com um método que partia dos ensinamentos mais fáceis para os mais complexos, mudou-se para Yverdon e fundou sua escola (SOËTARD, 2010, p. 11-25).

A escola de Yverdon, como foi chamada, consistia em uma espécie de internato. Atividades da rotina diária, como as refeições, eram organizadas coletivamente. O trabalho pedagógico baseava-se em atividades motoras, leitura e escrita, tudo partindo da essência da criança e valorizando seu conhecimento de mundo. À noite eram realizadas assembleias com o propósito de discutir os problemas da escola, onde eram levantados métodos e ações para solucioná-los. Essas proposições eram decididas em conjunto, até mesmo quando alguém cometia alguma infração, as punições eram discutidas e o próprio infrator também opinava. A escola durou apenas 15 anos, fechando por falta de recursos, tendo em vista que o modelo educacional não era aprovado pela elite e pelo Estado, não havendo investimentos para mantê-la (INCONTRI, 1996).

Pestalozzi foi um revolucionário a frente de seu tempo, antecipando ideias que só seriam difundidas no final do século XIX, com o Movimento Escola Nova.

Educação no Brasil colonial e ação dos jesuítas

Iniciamos aqui, o último tópico de nosso resgate histórico das ações educacionais. Para isso, utilizamos como base a obra *História das ideias pedagógicas no Brasil* (2010), de Dermeval Saviani (embora também teremos como referências outros autores).

Depois de conhecermos brevemente o histórico até à Idade Moderna, que colaboraram para uma melhor compreensão sobre a educação até então, voltamos à abril de 1500, com a chegada das embarcações de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro, no litoral da Bahia. O português surpreendeu-se quando observou que o chamado “Novo Mundo” já havia sido descoberto a séculos por povos, em tese, desconhecidos pelos europeus.

Os chamados índios que aqui viviam, eram povos com características diferentes dos “civilizados” portugueses. Não formavam uma sociedade estruturada em classes, viviam da caça, pesca e do cultivo de alimentos. Tinham uma economia natural e de subsistência. Natural porque era livre de trocas e satisfazia o grupo e de subsistência, pois era um meio de manutenção da vida e do sustento (RIBEIRO, 1995, p. 31-37).

A educação destes povos era realizada de modo espontâneo e integral, coincidindo com os interesses da comunidade geral. Não havia estruturação, nem instituição específica, sendo orientada pelos princípios da tradição, da ação e do exemplo, ou seja, as práticas educativas eram realizadas no fazer, quando os mais velhos serviam de exemplos aos mais novos e, dessa forma, a cultura e os costumes eram passados de geração em geração:

As ideias educacionais coincidiam, portanto, com a própria prática educativa, não havendo lugar para a mediação das ideias pedagógicas que supõem a necessidade de elaborar em pensamento as formas de intervenção na prática educativa. Nessas condições havia, pois educação, mas não havia pedagogia [...]. (SAVIANI, 2010, p. 39).

Com costumes e crenças tão distintas, não seria plausível que índios e portugueses pudessem viver de forma tão pacífica. Assim os colonizadores optaram por iniciar um processo de aculturação, com ações educativas e

contaram com a ajuda das ordens religiosas (RIBEIRO, 1995, p. 141-149).

Esses grupos da Igreja Católica tiveram papel fundamental no processo de colonização dos indígenas. Devido à Reforma Protestante de Lutero propagada no século XVI, a Igreja Católica vinha perdendo cada vez mais fiéis, encontrando-se em declínio. Entretanto, a vinda ao Brasil seria uma grande oportunidade de resgatar seguidores, principalmente quando souberam que os nativos viviam de maneira bastante distinta dos europeus, com crenças pouco ortodoxas.

Os primeiros evangelizadores que aqui chegaram foram os franciscanos, que apesar de, pouco citados pela história, contribuíram para o início desse processo educacional, mesmo não conseguindo firmar-se devido à falta de apoio do Rei de Portugal e por recursos e materiais escassos:

Contudo, essas diferentes congregações religiosas operaram de forma dispersa e intermitente, sem apoio e proteção oficial, dispondo de poucos recursos humanos e materiais e contando apenas com o apoio das comunidades e, eventualmente, das autoridades locais. (SAVIANI, 2010, p. 41).

Assim como os franciscanos, muitas ordens religiosas fizeram algum tipo de trabalho com os indígenas, porém, não contavam com o apoio e segurança de Portugal, diferentemente dos jesuítas, que vieram ao Brasil por determinação do Rei. Deste modo, tiveram total apoio da Coroa, estruturando um sistema organizado e que conseguiu espalhar-se por todo território conquistado pelos portugueses, e não apenas em locais isolados como as outras ordens, dando início a um monopólio educacional (SAVIANI, 2010, p. 33-38).

A difusão das crenças dos jesuítas em todo território, deu início a uma ação mais estruturada, estabelecendo de fato um sistema educacional. Em um primeiro momento, as ações jesuítas foram elaboradas pelo padre português Manoel da Nóbrega, e seu objetivo era criar escolas para ensinar a língua portuguesa aos indígenas e alfabetizá-los, tornando mais simples convertê-los ao modelo imposto.

Uma das alternativas utilizadas para que o plano de Nóbrega fosse

implantado de maneira mais eficaz, foi utilizar crianças órfãs, vindas de Portugal, para convencer e sensibilizar os chefes das tribos a participarem do processo de conversão a fé católica. As ideias de Nóbrega constituíram-se, basicamente, na conversão e na conformação dos indígenas a nova situação, pois somente dessa forma seria possível estruturar o ensino. Entretanto, outro jesuíta que aqui chegou, criou uma nova didática para organizar o processo de colonização (SAVIANI, 2010, p. 43-46).

Um outro jesuíta importante para a consolidação desse processo, no Brasil, foi padre José de Anchieta. De origem espanhola e com vasto conhecimento nas diferentes línguas, esforçou-se para aprender a fala dos nativos, pois assim poderia comunicar-se com mais clareza e entendimento. O método “civilização pela palavra”, como foi chamado, tornaria mais competente a conversão dos indígenas. Apesar de a barreira linguística ter sido vencida, Anchieta ainda encontrava resistência por parte dos indígenas, afinal, os aspectos culturais, como crenças e ritos, eram bem diferentes, não promovendo significado aos nativos. Outra estratégia utilizada pelo padre foi o teatro, que consistia na adaptação dos ritos nativos a aspectos da doutrina católica, envolvendo a participação dos moradores da região tanto na organização como na interpretação dos textos (SAVIANI, 2010, p. 46-49). Ao assistirem as peças, os índios teriam melhor compreensão dos ensinamentos católicos, uma vez que havia, nessas encenações, uma aproximação simbólica entre seu universo e as estruturas religiosas dos dominantes europeus:

As ideias pedagógicas postas em prática por Nóbrega e Anchieta [...] configuraram uma verdadeira pedagogia brasileira, isto é, uma pedagogia formulada e praticada sob medida para as condições encontradas pelos jesuítas nas ocidentais terras descobertas pelos portugueses. (SAVIANI, 2010, p. 47).

Até aqui, observamos ações que contribuíram para o início de um processo pedagógico, pois foi analisada e estrategicamente pensada para sanar as adversidades encontradas pelos colonizadores portugueses, promovendo um plano educacional destinado a dominação e conversão dos indígenas.

Após as ações de Nóbrega e Anchieta, novos planos educacionais foram

criados a fim de promoverem uma educação geral e para todos da Ordem Jesuítica. Vejamos alguns deles.

O chamado *Modus Parisiensis*, era um modelo de estudo vindo de Paris e consistia basicamente na distribuição dos alunos em classes, na realização de exercícios escolares e incentivos aos estudos (castigos corporais para os indisciplinados e prêmios para aqueles que se comportavam).

O modelo parisiense veio para substituir o *Modus Italicus*, modelo italiano que diferenciava-se por não ter uma estruturação específica. Havia a presença de um preceptor que ministrava suas instruções a um conjunto de pessoas de diferentes idades e níveis de formação, sendo que os estudantes mais avançados ajudariam os iniciantes (SAVIANI, 2010, p. 49-53).

Outro que surgiu foi o *Ratio Studiorum*, que era um documento de normas, criado para regulamentar o ensino nos colégios católicos, em geral. Tinha por finalidade ordenar as atividades, funções e métodos de avaliação nas escolas. Classificamos este modelo que mais tarde ficaria conhecido como Pedagogia Tradicional, concepção que considera o homem imutável e enxerga a educação apenas para moldar sua existência. Veremos que todas as ideias pedagógicas até aqui surgidas sofrerão uma grande mudança (SAVIANI, 2010, p. 53-61).

Modernidade e educação no Brasil colônia

O século XVIII foi marcado, entre outras coisas, por quebra de ideologias. O Iluminismo surgiu com uma visão mais racional e regida pela lógica, assim as tradições e a fé começaram a dar lugar às ciências no campo do conhecimento. E é neste contexto que surge Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Diplomata que ganhou espaço em Portugal, surgiu com ideias revolucionárias, principalmente após sua estadia na Inglaterra. Passou a ser uma espécie de primeiro ministro em 1755, sendo que suas propostas consistiam na modernização de Portugal e seu império colonial, com investimentos na indústria e no comércio:

O ideário pedagógico trazido nas reformas pombalinas visava modernizar Portugal, coloca-la no nível do Século das Luzes, como ficou conhecido o século XVIII. Isso significava sintonizá-lo com o desenvolvimento da sociedade burguesa centrada no modo de produção capitalista, tendo como referencia os países mais avançados, em especial a Inglaterra. [...]. (SAVIANI, 2010, p. 103).

Para a educação, Pombal impôs um modelo laico, sendo que o *Ratio Studiorum* foi abolido. Acreditava em um ensino mais tecnicista, que iria suprir as necessidades de um país em desenvolvimento, dando bases para uma formação voltada para o comércio e à indústria.

As reformas pombalinas tiveram grande impacto no Brasil, e acabou por destruir o monopólio educacional que aqui já havia sido estruturado pelos jesuítas. Houve o fechamento de várias escolas católicas, resultando na expulsão desse grupo religioso do país, após um domínio de, aproximadamente, 200 anos (SAVIANI, 2010, p. 77-89).

Observamos que as mudanças de Pombal criaram uma ruptura na educação após anos e anos de estruturação jesuítica. Talvez seja possível buscarmos aqui a gênese de um dos grandes problemas educacionais vivenciados até hoje: a não continuidade de ideias e projetos, estabelecendo rompimentos contínuos que dificilmente serão superados.

Educação no Brasil contemporâneo: Demerval Saviani e Paulo Freire

Após este resgate histórico, encerraremos promovendo um pequeno debate de ideias entre dois grandes autores brasileiros. Baseados (embora não limitados) nas obras *Escola e Democracia* de Dermeval Saviani (1999) e *Pedagogia da Autonomia* de Paulo Freire (1996), teremos como objetivo promover uma reflexão acerca do papel social da educação e fazer uma análise crítica da complexidade deste papel em nossa sociedade contemporânea.

Dermeval Saviani

O autor em questão é um filósofo e pedagogo brasileiro. Formou-se em

Filosofia pela PUC/SP, onde concluiu seu doutorado de Filosofia da Educação. Grande parte de seus estudos está focado na área educativa, escrevendo diversas obras importantes sobre o tema, entre elas o livro *Escola e Democracia*, que teve sua primeira edição publicada em 1983, período que passávamos por uma crise econômica e um processo de transformação política, em que o Movimento *Diretas Já* tomava conta das ruas.

Nesta obra, Saviani aborda de forma crítica e objetiva o problema da marginalidade e as diferentes teorias pedagógicas, estabelecendo ligação direta entre educação e política.

O autor problematiza cada teoria pedagógica, classificando-as em Teorias Não Críticas (Pedagogia Tradicional, Nova e Tecnicista) e Teorias Crítico-Reprodutivistas (Teoria do Sistema de Ensino enquanto Violência Simbólica e Teoria da Escola enquanto Aparelho Ideológico do Estado – AIE).

Saviani coloca as Teorias Crítico-Reprodutivistas como aquelas que enxergam o problema da marginalidade de forma crítica, ou seja, a educação é fator de marginalização, já que o ambiente escolar reproduz os interesses sociais da classe dominante:

Em relação à questão da marginalidade ficamos, pois, com o seguinte resultado: enquanto as teorias não-críticas pretendem ingenuamente resolver o problema da marginalidade através da escola sem jamais conseguir êxito, as teorias crítico-reprodutivistas explicam a razão do suposto fracasso. Segundo a concepção crítico-reprodutivista o aparente fracasso é, na verdade, o êxito da escola; aquilo que se julga ser uma disfunção é, antes, a função própria da escola. Com efeito, sendo um instrumento de reprodução das relações de produção a escola na sociedade capitalista reproduz a dominação e exploração. (SAVIANI, 1999, p. 40).

Entretanto, para a superação da marginalidade, Saviani propõe uma educação crítica, que possa compreender a escola como reprodutora dos interesses do Estado, e que possa lutar justamente contra este mecanismo histórico, garantindo uma educação de qualidade aos trabalhadores (SAVIANI, 1999). A exposição das teorias pedagógicas tem por finalidade a reflexão sobre as práticas educativas, pois com a “chegada” de métodos denominados

como construtivistas e os métodos escolanovistas, muitos educadores procuraram colocá-los no topo do processo, deixando de lado tudo aquilo que já havia sido elaborado, como os métodos tradicionais, que passaram a ser vistos como obsoletos e conteúdistas; em contrapartida os métodos novos são mais valorizados.

Diante deste impasse, Saviani coloca a Teoria da Curvatura da Vara, pois diz que a vara esta torta, pendendo para o lado da Pedagogia Nova, e para endireitá-la, ou seja, colocá-la no ponto correto, é preciso curvá-la, não para a Pedagogia Tradicional, mas para a valorização dos conteúdos, guiando a uma Pedagogia Revolucionária:

[...] pedagogia revolucionária esta que identifica as propostas burguesas como elementos de recomposição de mecanismos hegemônicos e se dispõe a lutar concretamente contra a recomposição desses mecanismos de hegemonia, no sentido de abrir espaço para as forças emergentes da sociedade, para as forças populares, para que a escola se insira no processo mais amplo de construção de uma nova sociedade. (SAVIANI, 1999, p. 67-68).

Para Saviani, a Pedagogia Revolucionária busca a inserção das camadas populares no processo democrático, lutando por uma educação de qualidade e que se coloque a serviço da transformação das relações de produção.

Paulo Freire

Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997) foi um educador e filósofo brasileiro, sendo considerado um dos pensadores mais importantes da história da pedagogia. Sua formação acadêmica foi em Direito, entretanto, não seguiu carreira, tendo dedicado seu tempo a educação. Paulo Freire desenvolveu um método de trabalho para a alfabetização de jovens e adultos, colocando as práticas escolanovistas a favor das massas. Em 1964 com o golpe militar, Paulo Freire foi obrigado a interromper seu trabalho e exilou-se no Chile, onde escreveu diversas obras. Retornou ao Brasil em 1980, dando continuidade a

seu legado educacional (FREIRE, A. M., 2006).

Possui um vasto acervo de obras, como *Pedagogia da Autonomia*, publicada em 1996, ano de criação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que prometia uma grande reforma educativa. Neste livro, temos como tema central a formação docente e orientações de práticas pedagógicas, para o exercício de uma educação transformadora que leve o aluno ao pensamento crítico e autônomo. Paulo Freire coloca diversos atributos indispensáveis para a formação docente, entre eles: a reflexão diária sobre a prática e a ética, pois se faz necessário construir uma consciência crítica e assumir-se responsável pela formação humana: “[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática [...]” (FREIRE, P., 1996, p. 22).

A cada capítulo, novas ideias são expostas, não somente sobre a prática docente, mas também sobre a importância do aluno no processo de ensino-aprendizagem, sendo necessário valorizar aquilo que ele traz consigo e de respeitá-lo como ser humano, pois é parte fundamental do processo de construção do conhecimento.

Paulo Freire escreve que, para a formação de uma consciência crítica, de ambos, docente e discente, estes devem reconhecer que o ato educativo não é neutro, e sim um ato político, que exige tomada de decisões, ou seja, a transmissão do conhecimento carrega em si ideologias próprias daquele que as transmite:

A educação não vira política por causa da decisão deste ou daquele educador. Ela é política. Quem pensa assim, quem afirma que é por obra deste ou daquele educador, mais ativista que outra coisa, que a educação vira política, não pode esconder a forma depreciativa como entende política. Pois é na medida mesmo em que a educação é deturpada e diminuída pela ação de baderneiros que ela, deixando de ser verdadeira educação, possa a ser política, algo sem valor. (FREIRE, P., 1996, p. 69).

Tomando consciência da educação como ato político, o autor ressalta

que a relação entre oprimido e opressor só poderá ser transformada com a consciência crítica daquele que se reconhece neste processo. Assim, Paulo Freire propõe um educador revolucionário, isto é, aquele que desenvolve as competências e habilidades necessárias para o ato de educar. Este educador se faz diariamente com reflexão, ética e responsabilidade pela formação humana.

O educador revolucionário coloca em prática uma pedagogia libertadora, ou seja, não se preocupa apenas com o conteúdo alfabetizador, mas com a formação crítica de seus alunos, os levando a consciência de sua condição histórica de existência para a transformação social (FREIRE, P., 1996).

Uma breve reflexão

Com pontos de vista e focos diferentes, os dois autores colocam a educação como centro do processo de transformação social. Entretanto, é importante destacar que o objetivo não é fazer um comparativo entre as obras, mas explorar pontos específicos abordados por cada autor e contextualizá-los com o papel social que a educação desempenha na sociedade contemporânea.

Na obra de Saviani, ele apresenta uma crítica ao sistema educacional como um todo, colocando a escola como fator de marginalização, pois a mesma é destinada a atender os interesses do Estado burguês. Também fez uma crítica à Pedagogia Nova que, segundo o autor, é uma pedagogia burguesa, que serviu para elevar o ensino oferecido às elites e rebaixar o oferecido às massas, legitimando as desigualdades (SAVIANI, 1999).

O ponto central que abordamos dentro da obra de Saviani é a crítica feita aos métodos escolanovistas, que se tornaram hegemônicos para grande parte dos educadores, colocando a marginalidade como efeito do nosso sistema educacional, que não tem por finalidade educar. Assim, essa nova metodologia não veio acompanhada de mudanças efetivas no ambiente educacional, perdendo assim todo seu possível potencial transformador e/ou revolucionário.

Já Paulo Freire, em *Pedagogia da Autonomia*, volta seu foco ao educador e sua ação educativa, colocando-o como parte fundamental do processo de transformação histórica. Assim, nossa ênfase foi no ato político de educar, este que, segundo o autor, é sempre presente no ambiente educacional, já que não há neutralidade das ações e o educador não consciente da importância do papel que desempenha para a formação humana, poderá contribuir para a perpetuação da hegemonia burguesa (FREIRE, P., 1996).

Partindo da crítica que Saviani faz a cerca dos métodos escolanovistas, em detrimento dos métodos tradicionais, percebemos um caráter reformista, ou seja, não é necessário desconsiderar tudo que foi construído até aqui e colocarmos nosso foco apenas nos métodos novos, mas encontrar um equilíbrio entre as duas práticas. Descartar o que foi criado e produzido seria o mesmo que negar nosso processo histórico de construção educacional que, obviamente, possui inúmeras falhas, levando em consideração que a escola não cumpre sua maior função, que é educar criticamente, transformando seus alunos em seres conscientes. Entretanto, não considerar algumas práticas ditas tradicionais, como por exemplo, a ênfase nos conteúdos científicos, seria privar os alunos de um ensino que os mostre sua condição histórica e sua própria identidade, além de colocá-los mais uma vez a serviço da elite, que possuem não apenas o domínio dos conteúdos, mas também o domínio cultural sobre eles:

Os conteúdos são fundamentais e, sem conteúdos relevantes, conteúdos significativos, a aprendizagem deixa de existir, ela se transforma num arremedo, ela se transforma numa farsa. Parece-me, pois, fundamental que se entenda isso e que, no interior da escola, nós atuemos segundo essa máxima: a prioridade de conteúdos, que é a única forma de lutar contra a farsa do ensino. Por que esses conteúdos são prioritários? Justamente porque o domínio da cultura constitui instrumento indispensável para a participação política das massas. (SAVIANI, 1999, p. 65-66).

É preciso valorizar diversos aspectos para que se alcance uma educação de qualidade, entre eles os conteúdos científicos, colocando-os a

disposição das camadas populares para que possam se reconhecer historicamente e lutar contra a perpetuação dos mecanismos de recomposição da hegemonia burguesa, pois apenas desta forma será possível construir uma sociedade democrática (SAVIANI, 1999).

Na perspectiva freireana o ato de educar deve ser revolucionário. O autor coloca os educadores na linha de frente deste processo de transformação, levando-os a pensar que educar é um ato político, e que não há como fazê-lo de forma neutra, é preciso saber a serviço de quem e para quem estamos:

O educador e a educadora críticos não podem pensar que, a partir do curso que coordenam ou do seminário que lideram, podem transformar o país. Mas podem demonstrar que é possível mudar. E isto reforça nele ou nela a importância de sua tarefa político-pedagógica. (FREIRE, P., 1996, p. 70).

A prática educativa é a ação diária de tomada de decisões e escolhas, e sabendo da não neutralidade deste processo e que, até mesmo no momento da seleção dos conteúdos a serem estudados, o educador já expõe seus valores e convicções, entendemos que as práticas do professor irão gerar uma reação ou consequência perante seus alunos, daí a importância de se reconhecer neste papel, pois dessa forma este conseguirá construir ações mais democráticas, levando seus alunos a compreensão histórica e a conscientização da importância deste educar crítico, podendo assim terem condições de lutarem por uma sociedade mais humana e justa (FREIRE, P., 1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa realizada, a fim de resgatar os fatos históricos educacionais desde o início das civilizações, podemos compreender o quão importante foi esse ato, pois a história nos permite enxergar que há um grande problema cultural e contínuo acerca do papel social desenvolvido pela escola e seus educadores.

Deparamo-nos com educadores que se encontram perdidos, não conseguindo reconhecer-se como parte fundamental do processo de emancipação de seus alunos e nem de si mesmos, não levando os primeiros a uma educação crítica e transformadora.

Vários fatores contribuem para que esse panorama não se modifique, entre eles podemos citar a desvalorização do educador que, como observamos, foi constituindo-se historicamente ao passar do tempo. Assim, não temos formação de qualidade para a maioria da população, porque temos muitos formadores que também não tiveram condições favoráveis de formação, e na ausência destas condições, observamos práticas cada vez mais alienadas.

No discurso de educadores atuais, a palavra “construtivismo” é recorrente, entretanto, observamos que muitos não compreendem as práticas propostas por essa teoria de forma adequada, pois as ideias a elas relacionadas acabam por gerar conflitos nas ações cotidianas. Estes acreditam que o construtivismo deve ser “aplicado” em sua totalidade de ações em sala de aula, em detrimento das demais teorias educacionais, privando os alunos de conhecimentos científicos e privilegiando ensinamentos que lhes julgam mais adequado.

Dessa forma, a reflexão sobre nossas práticas se fazem cada vez mais necessárias, pois nos levam a criticidade de nossas ações, nos impulsionando a desenvolver um trabalho cada vez mais pleno e democrático. Ser educador e cuidar da humanização de nossos alunos é um privilégio, pois é nossa responsabilidade construir indivíduos autônomos e capazes de transformar nossa sociedade e, principalmente, a si mesmos.

REFERÊNCIAS

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

FREIRE, Ana M. A. **Paulo Freire: uma história de vida**. São Paulo: Villa das Letras, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

INCONTRI, Dora. **Pestalozzi, educação e ética**. São Paulo: Scipione, 1996.

JAEGER, Werner W. **Paidéia**: a formação do homem grego. Tradução de Artur M. Parreira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

LIMA, Jorge M. Á. O papel do professor nas sociedades contemporâneas. **Educação, Sociedade e Culturas**, Porto, n. 6, p. 47-72, 1996.

MANACORDA, Mario A. **História da educação**: da antiguidade aos nossos dias. Tradução de Gaetano Lo Monaco. 3. ed. São Paulo: Cortez : Autores Associados, 1992. (Educação contemporânea. Memória da educação).

MARROU, Henri I. **História da educação na Antiguidade**. Tradução de Mário Leônidas Casanova. São Paulo: E.P.U. : Ed. Universidade de São Paulo, 1973.

PIAGET, Jean. **Jan Amos Comênio**. Tradução de Martha Aparecida Santana Marcondes, Pedro Marcondes e Gino Marzió Ciriello Mazzetto. Recife: Fundação Joaquim Nabuco : Massangana, 2010. (Educadores).

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. Tradução de Lourdes Santos Machado. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).

_____. **Emílio; ou, da educação**. Tradução de Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação e política. 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999. (Polêmicas do nosso tempo, v. 5).

_____. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2010.

SOËTARD, Michel. **Johann Pestalozzi**. Tradução de Martha Aparecida Santana Marcondes, Pedro Marcondes e Ciriello Mazzetto. Recife: Fundação Joaquim Nabuco : Massangana, 2010. (Educadores).